



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

OFÍCIO CIRCULAR Nº 33/2024 - PROEN/GAB/RE/IFAP

15 de julho de 2024

Aos Senhores Diretores-Gerais dos *campi* do Ifap
Macapá/AP

Assunto: EDITAL Nº 4/2024: PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL – PET

Senhores Diretores Gerais dos *campi* do Ifap,

1. Considerando que o Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Superior (Sesu), publicou em 11 de julho de 2024, no Diário Oficial da União, o Edital nº 04/2024, o EDITAL Nº 4/2024, (em Anexo), no qual as Instituições Públicas de Educação Superior (IPES) podem apresentar propostas de criação de 45 novos grupos no âmbito do Programa de Educação Tutorial (PET);

2. Considerando que o PET, estabelecido pela Lei nº 11.180/2005, é desenvolvido por grupos de estudantes de cursos de graduação, com tutoria de um docente, orientados pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

3. Considerando que o Edital nº 04/2024 traz em seus objetivos específicos metas que estão alinhadas com a Missão, a Visão e os Valores Institucionais do Ifap;

4. Considerando que a Pró-Reitoria de Ensino (Proen) institucionalizou o PET no Ifap, por meio da [RESOLUÇÃO 50/2024 - CONSUP/RE/IFAP](#) (em Anexo) e, desta forma, o Ifap está apto a participar do Edital nº 04/2024;

5. Considerando que o prazo para a submissão de propostas é de 17/07 à 01/08/2024;

6. A Proen solicita que os Diretores Gerais divulguem este Edital entre os docentes de seus *campi*, assim como, fomentem o envio de propostas para pet.proen@ifap.edu.br, conforme o cronograma abaixo:

Cronograma Interno - EDITAL Nº 4/2024

Publicação do Edital no DOU	11/07/2024
Envio do Ofício Circular aos Diretores Gerais	15/07/2024
Inscrições (internas) das propostas	17/07 à 24/07/2024 até às 17h
Publicação da relação de propostas recebidas	24/07/2024 até às 18h
Publicação do resultado parcial	26/07/2024 até às 18h
Prazo para interposição de recursos	29/07/2024 até às 17h
Publicação do resultado final	30/07/2024 até às 18h
Submissão da Proposta Institucional	31/07/2024 até às 18h

7. Para mais informações sobre o EDITAL Nº 4/2024, enviar e-mail para pet.proen@ifap.edu.br.

Atenciosamente,

CRISTINA COUTINHO DE OLIVEIRA

Documentos Anexados:

- **Anexo #1.** EDITAL Nº 4/2024 - Criação de novos grupos PET (anexado em 15/07/2024 17:52:42)
- **Anexo #2.** RESOLUÇÃO 50/2024 - CONSUP/RE/IFAP - Institucionalização do PET no Ifap (anexado em 15/07/2024 17:53:16)

Documento assinado eletronicamente por:

- **Cristina Coutinho de Oliveira, PRO-REITOR - CD0002 - PROEN**, em 15/07/2024 17:56:44.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 15/07/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifap.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 95765

Código de Autenticação: 6464138c87





Ministério da Educação
Esplanada dos Ministérios Bloco L, Edifício Sede - 3º Andar - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70047-900
Telefone: 2022-8107 e - <http://www.mec.gov.br>

EDITAL Nº 4/2024

PROCESSO Nº 23000.014195/2024-56

OBJETO: Processo de seleção para apresentação de propostas de criação de novos grupos no âmbito do Programa de Educação Tutorial (PET) para as Instituições Públicas de Ensino Superior (IES Públicas).

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL – PET

O **SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 11.691, de 5 de setembro de 2023, convoca as Instituições Públicas de Ensino Superior (IES Públicas) a apresentarem propostas de criação de novos grupos, no âmbito do Programa de Educação Tutorial (PET), de acordo com o estabelecido na Lei nº 11.180, de 23 de setembro de 2005, a Portaria MEC nº 976, de 27 de julho de 2010, republicada no Diário Oficial da União (DOU) de 31 de outubro de 2013, em razão das alterações implementadas pela Portaria MEC nº 343, de 24 de abril de 2013, na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024, na Lei Orçamentária Anual de 2024 e neste Edital.

1. DO OBJETIVO GERAL

1.1. Apoiar a criação de 45 (quarenta e cinco) novos grupos ligados ao Programa de Educação Tutorial (PET) em Instituições Públicas de Ensino Superior (IES Públicas). O PET é desenvolvido por grupos de estudantes, com tutoria de um docente, orientados pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

2. DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS

2.1. O presente Edital tem por objetivo criar grupos PET que sejam capazes de:

2.1.1. Desenvolver atividades acadêmicas em padrões de qualidade e de excelência, mediante grupos de aprendizagem tutorial de natureza coletiva e interdisciplinar;

2.1.2. Contribuir para a elevação da qualidade da formação acadêmica dos estudantes de graduação;

2.1.3. Estimular a formação de profissionais e docentes de elevada qualificação acadêmica, científica, social, tecnológica e pedagógica;

2.1.4. Estimular o espírito crítico, bem como a atuação profissional pautada pelos direitos humanos, pela cidadania e pela função social da educação superior;

2.1.5. Estimular a vinculação dos grupos às áreas prioritárias e a políticas públicas e de desenvolvimento, assim como a correção de desigualdades sociais, educacionais, regionais e a interiorização do programa;

2.1.6. Introduzir novas práticas pedagógicas e contribuir para a curricularização da extensão na graduação;

2.1.7. Contribuir com a política de diversidade na instituição de ensino superior - IES, por meio de ações afirmativas em defesa da equidade socioeconômica, educacional, territorial, étnico-racial e de gênero;

2.1.8. Estimular o desenvolvimento de metodologias de ensino que despertem o interesse dos estudantes e favoreçam a sua aprendizagem;

2.1.9. Criar estruturas institucionais e pedagógicas adequadas à permanência de estudantes com deficiência, pretos, pardos, camponeses, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas, bem como de estudantes em condição de vulnerabilidade social e econômica na universidade e à democratização do acesso ao ensino superior;

2.1.10. Aprofundar a formação de jovens universitários como pesquisadores e extensionistas, visando sua intervenção qualificada em diferentes espaços sociais, em particular, na universidade e em comunidades populares;

2.1.11. Promover a inovação tecnológica no âmbito da graduação com o desejável e necessário envolvimento de discentes;

2.1.12. Fortalecer os cursos de licenciatura, considerando as necessidades prementes de formação qualificada de recursos humanos capazes de atender à demanda do país em educação e formação de professores.

3. DAS VAGAS

3.1. O presente Edital tem por objetivo a criação de **até 45 (quarenta e cinco) novos grupos PET** destinados à ampla concorrência das Instituições Públicas de Ensino Superior (IES Públicas), conforme objetivos que constam do Anexo III e serão distribuídos da seguinte forma:

Lote I: até 10 grupos PET Temáticos, com propostas abrangendo ações relacionadas à **Rede de Integridade da Informação**, que visa compreender as complexidades do ecossistema informacional digital, realizar o intercâmbio de informações e o desenvolvimento de estratégias para proteção e promoção da integridade desse ecossistema - contribuindo no enfrentamento à desinformação e na promoção da educação midiática. Os grupos terão como escopo de atuação temas como saúde pública, mudanças climáticas, inteligência artificial e outras tecnologias emergentes (seus riscos e oportunidades). As propostas para este lote poderão ter escopo/abrangência interdisciplinar, institucional, de grande área do conhecimento ou vinculado a curso específico.

Lote II: até 10 grupos PET Temáticos, com propostas abrangendo ações relacionadas à **Rede Encontro de Saberes**, que visa ampliar o horizonte epistêmico do mundo universitário brasileiro a partir do oferecimento de disciplinas que possam contribuir na curricularização da extensão a partir de discussões e conteúdos que envolvam os saberes populares. Com foco no trabalho com comunidades populares urbanas, campo, quilombola ou indígenas, voltados à diversidade social, esses grupos deverão ser constituídos exclusivamente por bolsistas em condição de vulnerabilidade social e econômica. As propostas para este lote poderão ter escopo/abrangência interdisciplinar, institucional, de grande área do conhecimento ou vinculado a curso específico.

Lote III: até 10 grupos PET Temáticos, com propostas abrangendo ações relacionadas à **Rede de Educação do Campo, das Águas e das Florestas**, que visa fortalecer a formação inicial ofertada às populações do Campo, das Águas e das Florestas, conforme definido

no Decreto Presidencial nº 7.352/2010, que possam contribuir na curricularização da extensão e na formação em alternância. As propostas deverão necessariamente estar vinculadas a um Curso de Licenciatura em Educação do Campo e a um grupo ou núcleo de pesquisa em Educação do Campo, das águas e das florestas, que por sua dimensão multidisciplinar envolve diferentes áreas de conhecimento.

Lote IV: até 10 grupos PET Temáticos, com propostas abrangendo ações relacionadas à **Rede de Educação Antirracista**, que visa promover a reflexão, o debate consubstanciado e ações antirracistas nas instituições públicas de ensino superior e em torno da educação das relações étnico-raciais e da educação escolar quilombola. As propostas para este lote poderão ter escopo/abrangência interdisciplinar, institucional, inter-regional, de grande área do conhecimento ou vinculado a curso específico.

Lote V: até 5 grupos PET Temáticos, com propostas abrangendo ações relacionadas à **Rede de Manejo Florestal Comunitário na Amazônia**, que visa promover práticas produtivas sustentáveis e o fortalecimento do manejo florestal feito por Povos e Comunidades Tradicionais (PCT), por meio da qualificação de discentes de forma dialógica, multidisciplinar e sensível às especificidades dos territórios tradicionais coletivos. É desejável que esses grupos se constituam prioritariamente por bolsistas que se reconheçam como parte de um povo ou de uma comunidade tradicional, considerando a definição de PCT prevista no Decreto nº 6.040, de 2007. As propostas devem, obrigatoriamente, estar vinculadas a cursos específicos de engenharia florestal e/ou agronomia.

3.2. Os grupos PET criados a partir deste Edital serão formados com no mínimo 4 (quatro) e no máximo 12 (doze) bolsistas, a serem selecionados de acordo com o art. 17 da Portaria MEC nº 976, republicada em 2013.

3.3. Os novos grupos PET Temáticos deverão participar de reuniões periódicas e da articulação de redes que serão criadas entre os grupos da mesma natureza, incluindo eventuais grupos já existentes que porventura venham aderir a esse formato a partir de previsão em seus planejamentos, conforme estabelecido neste Edital.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. As propostas devem estar articuladas ao Projeto Pedagógico dos cursos e à IES Pública e alinhadas às políticas de extensão e ações para redução da evasão e elevação do sucesso acadêmico nas formações em nível de graduação.

4.2. Serão aceitas propostas de grupos PET que tenham escopo/abrangência interdisciplinar na mesma área de conhecimento ou vinculado a curso específico.

4.3. As IES Públicas candidatas devem garantir o devido funcionamento do Comitê Local de Acompanhamento e Avaliação (CLAA), definido no art. 11-A da Portaria MEC nº 976, republicada em 2013, devendo as Pró-Reitorias de Graduação e as Pró-Reitorias de Extensão ou equivalentes, realizarem reuniões periódicas com os membros do CLAA e definir um planejamento anual estratégico atendendo ao objetivo do programa.

4.4. As IES Públicas devem ofertar espaço físico apropriado à realização das atividades do PET e auxiliar na aquisição de materiais e equipamentos, objetivando o sucesso acadêmico dos estudantes, bem como apoiar a participação do grupo em congressos e eventos relacionados ao Programa, sendo de responsabilidade do diretor de cada unidade acadêmica a criação desse espaço.

5. ELABORAÇÃO DA PROPOSTA

5.1. A proposta de criação de grupos PET é institucional e deverá necessariamente ser elaborada/selecionada pelo CLAA da universidade, ou, na ausência deste, por grupos de docentes que possuirão a autoria coletiva da proposta e, se aprovada, será entendida como proposta institucional.

5.2. As propostas deverão ser elaboradas de forma a contemplar os seguintes aspectos gerais:

5.2.1. Articulação da proposta com o Projeto Pedagógico Institucional;

5.2.2. Realização de atividades que permitam o desenvolvimento de uma visão ampla das atividades de ensino, pesquisa e extensão na IES Pública;

5.2.3. Ampla formação acadêmico-profissional;

5.2.4. Interdisciplinaridade que favoreça uma formação acadêmica condizente com o estágio atual de desenvolvimento do conhecimento;

5.2.5. Formação pedagógica dos bolsistas PET por meio da atuação coletiva e ações conjuntas entre tutor e bolsistas no processo de formação de outros estudantes de graduação da universidade;

5.2.6. Utilização de tecnologias e metodologias de apoio à aprendizagem;

5.2.7. Formação acadêmica, política e cidadã visando à atuação qualificada dos estudantes participantes do PET como pesquisadores e extensionistas do ponto de vista socioambiental e técnico-científico, em diferentes espaços sociais, nas comunidades populares e na universidade.

5.3. As propostas de grupos PET que tenham como foco o trabalho com comunidades populares e a diversidade social devem, além dos aspectos contidos no item 4.2, contemplar:

5.3.1. Delineamento de metodologia e critérios de seleção dos estudantes em condição de vulnerabilidade social e econômica. A metodologia a ser proposta pela instituição deverá considerar obrigatoriamente os seguintes critérios: raça/etnia; renda familiar; local de moradia familiar (comunidades remanescentes de quilombos, territórios indígenas, áreas de assentamentos, agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais, favelas, bairros periféricos ou territórios assemelhados); escolaridade dos pais; proveniência de escola pública e preferencialmente cursando até os 4 (quatro) primeiros semestres de graduação; além de outros critérios de acordo com características locais;

5.3.2. Descrição das atividades de grupos de pesquisa e de extensão, observando as linhas de intervenção: além das atividades de formação, valorização das ações afirmativas nas universidades, bem como os saberes, práticas e demandas das comunidades populares; e ações de acesso e permanência de estudantes pretos/pardos, indígenas, camponeses, quilombolas e em condição de vulnerabilidade social e econômica na universidade.

6. INSCRIÇÃO DA PROPOSTA

6.1. A IES Pública candidata deverá encaminhar a proposta via portal (sites.uft.edu.br/proseletivo/mec-pet042024), gerido pela Universidade Federal de Tocantins (UFT), que deverá ser inserida pela Pró-Reitoria de Graduação ou Pró-Reitoria de Extensão, ou órgão equivalente.

6.2. O acesso ao portal de que trata o item 6.1 somente estará disponível a partir do dia 17/07/2024, período em que se iniciam as inscrições das propostas, conforme calendário (item 15 do presente Edital).

6.3. Somente poderão submeter propostas a este Edital, as IES Públicas que **não** estejam em débito com a União. No caso de já ser instituição participante do PET, deverá satisfazer integralmente as condições explicitadas (ver itens 3 e 4) e **não** poderá possuir pendências ou situação de irregularidade no Sistema de Gestão do Programa de Educação Tutorial (SIGPET).

6.4. Caberá à Pró-Reitoria de Graduação ou Pró-Reitoria de Extensão, ou órgão equivalente na instituição, definir as propostas internas que serão candidatas.

6.5. Cada IES Pública poderá submeter até 2 (duas) propostas, sendo que cada uma cadastrada por CPFs distintos autorizados pelo(a) pró-reitor(a), conforme item 6.11.2.

6.6. As 2 (duas) propostas citadas no item 6.5 devem, obrigatoriamente, ser uma para cada **lote de I a IV** indicado no item. 3.1.

6.7. As IES Públicas localizadas na área da Amazônia Legal poderão submeter uma proposta complementar, voltada exclusivamente para o **lote V** indicado no item. 3.1.

6.8. Somente serão aceitas as 2 (duas) primeiras propostas inseridas por instituição. As demais propostas que porventura sejam inseridas por uma mesma instituição e por pessoa não autorizada **não** serão analisadas, sendo automaticamente **descartadas** do processo seletivo.

6.9. As propostas deverão ser enviadas exclusivamente pelo portal (sites.uft.edu.br/proseletivo/mec-pet042024), conforme abaixo:

6.9.1. Lote I: Rede de Integridade da Informação;

6.9.2. Lote II: Rede Encontro de Saberes;

6.9.3. Lote III: Rede de Educação do Campo, das Águas e das Florestas;

6.9.4. Lote IV: Rede de Educação Antirracista;

6.9.5. Lote V: Rede de Manejo Florestal Comunitário na Amazônia.

6.10. A proposta cujo tema seja distinto do lote em que for inserida, será **eliminada** do processo seletivo.

6.11. DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS PARA A INSCRIÇÃO DA PROPOSTA:

6.11.1. Ficha de Inscrição da proposta de criação de novo grupo elaborada conforme MODELO DE PROPOSTA, que deve conter, obrigatoriamente, no máximo 20 páginas e ser enviada no formato PDF (Anexo I);

6.11.2. Documento assinado digitalmente pelo(a) Pró-Reitor(a) de Graduação e pelo Pró-Reitor(a) de Extensão ou equivalentes, com a indicação da pessoa responsável pela inscrição de todas as propostas no portal;

6.12. As propostas deverão ser transmitidas pelo portal (sites.uft.edu.br/proseletivo/mec-pet042024) até às 23 horas e 59 minutos, horário de Brasília, da data limite de submissão (item 15 deste Edital). O responsável pelo envio da proposta deverá assiná-la eletronicamente, utilizando-se dos recursos de assinatura oficiais disponíveis, sendo estas assinaturas validadas pelo ITI (<https://validar.iti.gov.br/>) ou pelo sistema do gov.br (mesmo sistema de validador do ITI).

6.13. O Ministério da Educação (MEC) não se responsabilizará por propostas não recebidas em decorrência de eventuais problemas técnicos e congestionamento das linhas de comunicação.

6.14. Serão desclassificadas todas as propostas de instituições que não cumprirem essas condições.

7. REQUISITOS PARA TUTORIA DE GRUPO PET

7.1. Poderá se candidatar ao Edital de seleção de tutores, a ser realizado pela instituição contemplada com grupos PET, o docente que atender ao art. 12 da Portaria nº 976, republicada em 2013.

8. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

8.1. A Secretaria de Educação Superior (SESu) repassará os recursos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o pagamento das bolsas dos estudantes e tutores dos PET Temáticos, bem como do custeio, de acordo com a legislação vigente. O valor mensal de bolsa de tutoria é de **R\$ 3.100,00** (três mil e cem reais) para o **docente com título de doutor**; e de **R\$ 2.100,00** (dois mil e cem reais) para o **docente com título de mestre**.

8.2. O valor mensal de bolsa para **estudantes de graduação** é de **R\$ 700,00** (setecentos reais).

8.3. O tutor de grupo PET receberá, semestralmente, o valor equivalente a uma bolsa por estudante participante, a ser aplicado integralmente no custeio das atividades do grupo, conforme previsto na Lei 11.180/2005, Portaria nº 976, republicada em 2013, e na Resolução CD/FNDE 36/2013, mediante disponibilidade orçamentária.

8.4. A disponibilização do recurso de que trata o item 8.3, referente ao custeio, somente será efetuado no ano de 2025 para os grupos que forem formados a partir deste Edital.

9. ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1. As propostas apresentadas serão julgadas com base nos seguintes itens:

9.1.1. Envolvimento da Instituição com o desenvolvimento da proposta;

9.1.2. Avanços na área de ensino, pesquisa e extensão para os estudantes e docentes envolvidos;

9.1.3. Impacto das atividades de extensão na sociedade;

9.1.4. Articulação da proposta com o projeto pedagógico institucional;

9.1.5. Utilização de práticas inovadoras de ensino;

9.1.6. Relação com a sociedade e/ou escolas de educação básica;

9.1.7. Compromisso com a formação pedagógica dos bolsistas PET;

9.1.8. Articulação entre ensino, pesquisa e extensão;

9.1.9. Contribuição da proposta para a redução da evasão e da retenção;

9.1.10. Contribuição para a aproximação dos currículos dos respectivos cursos de graduação com o desenvolvimento científico, cultural, artístico e tecnológico;

9.1.11. Experimentação de alternativas metodológicas de ensino;

9.1.12. Conceito dos cursos envolvidos com a proposta do PET;

9.1.13. Adequação da proposta apresentada aos objetivos da rede temática submetida, conforme consta no Anexo II.

10. JULGAMENTO, CLASSIFICAÇÃO E DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

10.1. O julgamento e a classificação das propostas são atos exclusivos da Comissão de Seleção de Grupos PET, que será instituída pela SESu exclusivamente para este fim.

10.2. A Comissão de Seleção de Grupos PET reserva-se o direito de desclassificar as propostas que estejam em desacordo com este Edital, manifestamente inexecutáveis, ou que, mesmo classificadas, fiquem na ordem geral de classificação além do número de grupos a serem criados previstos no item 2.1.

10.3. Concluído o julgamento das propostas, a Comissão de Seleção de Grupos PET elaborará relatório que será submetido ao conhecimento da SESu para divulgação das propostas classificadas dentro do número de grupos a serem criados previstos no item 2.1.

10.4. Em caso de desistência de um grupo selecionado após a divulgação dos resultados, a IES Pública deverá enviar comunicado oficial ao MEC/SESu/DIPPES/CGRED, que convocará o próximo grupo, respeitando a ordem de classificação definida pela Comissão de Seleção e homologada pelo Conselho Superior do PET.

10.5. A pontuação das propostas será feita de acordo com a PLANILHA PARA AVALIAÇÃO DA PROPOSTA. (Anexo II).

10.6. A pontuação da proposta (P) será o resultado da soma das notas atribuídas pela Comissão de Seleção multiplicada pelos respectivos pesos, conforme a seguinte fórmula:

$P = \text{soma (a. p)}, \text{ em que:}$

P = pontuação final da proposta;

a = nota do quesito;

p = peso do quesito.

11. DO RESULTADO PROVISÓRIO

11.1. A classificação provisória dar-se-á por ordem decrescente dos pontos obtidos.

11.2. Será **desclassificada** do resultado provisório a proposta que **não atingir o mínimo de 75%** (setenta e cinco por cento) do total de pontos possíveis de acordo com a tabela de pontuação.

11.2.1. Em caso de empate na pontuação provisória, será considerada a maior pontuação obtida nos seguintes quesitos, obedecida a ordem de prioridade estabelecida:

- contribuição da proposta para a redução da evasão e da retenção;
- envolvimento da Instituição com o desenvolvimento da proposta;
- articulação da proposta com o projeto pedagógico institucional;
- articulação entre ensino, pesquisa e extensão;
- conceito dos cursos envolvidos com a proposta do PET.

11.2.2. Concluído o julgamento das propostas, a Comissão de Seleção elaborará relatório que será submetido ao conhecimento da SESu, que o encaminhará para divulgação.

11.2.3. A classificação no resultado provisório não significa aprovação. Somente será considerada habilitada a proposta classificada após a divulgação do resultado final.

12. DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

12.1. Admitir-se-á recurso contra o resultado provisório, que deverá ser assinado pelo(a) Pró-Reitor(a) de Graduação ou Extensão ou órgão equivalente.

12.2. O recurso deverá ser remetido exclusivamente para o portal (sites.uft.edu.br/proseletivo/mec-pet042024) no **link** RECURSO - RESULTADO PROVISÓRIO DO EDITAL PET 2024.

12.3. Os recursos devem ser enviados até às 23 horas e 59 minutos, horário de Brasília, da data limite da interposição de recursos (item 15).

12.4. Serão desconsiderados os recursos remetidos por outra via que não a definida neste Edital e que não estejam devidamente assinados pelo(a) Pró-Reitor(a) de Graduação e Extensão ou equivalente ou que não esteja em formato PDF.

12.5. A decisão dos recursos será dada a conhecer, coletivamente, por meio de divulgação de lista a ser publicada no site do Ministério da Educação (<https://www.gov.br/mec/pt-br/centrais-de-conteudo/editais>).

12.6. O MEC não se responsabiliza por recursos não recebidos em decorrência de eventuais problemas técnicos e congestionamento nas linhas de comunicação nem por documentos corrompidos.

12.7. Não haverá reapreciação de recursos.

13. DO RESULTADO FINAL

13.1. A classificação final dar-se-á por ordem decrescente dos pontos obtidos após a avaliação dos recursos interpostos.

13.2. Será **desclassificada** do resultado final a proposta que **não atingir o mínimo de 75%** (setenta e cinco por cento) do total de pontos possíveis de acordo com a tabela de pontuação.

13.3. O julgamento e a classificação final das propostas são atos exclusivos da Comissão de Seleção que, em consequência, reserva-se o direito de desclassificar as propostas em desacordo com este Edital ou, ainda, que se revelarem manifestamente inexecutáveis.

13.4. Em caso de empate na pontuação final, será considerada a maior pontuação obtida nos seguintes quesitos, obedecida a ordem de prioridade estabelecida:

- contribuição da proposta para a redução da evasão e da retenção;
- envolvimento da Instituição com o desenvolvimento da proposta;
- articulação da proposta com o projeto pedagógico institucional;
- articulação entre ensino, pesquisa e extensão;
- conceito dos cursos envolvidos com a proposta do PET.

13.5. Concluído o julgamento das propostas, a Comissão de Seleção elaborará relatório que será submetido ao conhecimento da SESu, que o encaminhará para divulgação.

13.6. Após a divulgação do resultado final, havendo desistência por parte da proponente, esta deverá comunicar oficialmente ao MEC/SESu/DIPPES/CGRED, que convocará a próxima instituição, respeitada a ordem de classificação.

14. FUNCIONAMENTO DOS GRUPOS CRIADOS

- 14.1. Cada um dos grupos criados, a partir das propostas selecionadas neste Edital, terá, excepcionalmente, o número máximo de 6 (seis) estudantes bolsistas até dezembro de 2024. A partir de 2025, este número poderá ser estendido até o máximo de 12 (doze) estudantes bolsistas.
- 14.2. A seleção dos tutores e dos estudantes que comporão os grupos e a assinatura do Termo de Compromisso por estudantes e tutores será realizada após a publicação das propostas aprovadas neste Edital, sendo esta seleção de responsabilidade das IES Públicas, observado o disposto nos arts. 12 e 17 da Portaria MEC nº 976, republicada em 2013.
- 14.3. As publicações e quaisquer outras formas de divulgação dos trabalhos realizados e de seus resultados, por professores tutores e estudantes bolsistas ou não bolsistas do PET, deverão citar, obrigatoriamente, o apoio do Ministério da Educação.
15. **CALENDÁRIO**

Eventos	Datas
Publicação do Edital	11/07/2024
Inscrições das propostas	17/07 a 01/08/2024
Divulgação dos resultados parciais	05/09/2024
Prazo para interposição de recursos	12/09/2024
Divulgação do resultado final	16/09/2024

16. **INFORMAÇÕES ADICIONAIS**

- 16.1. Esclarecimentos e informações adicionais poderão ser obtidas na Coordenação-Geral de Relações Estudantis e Serviços Digitais da DIPPES/SESu/MEC, por correio eletrônico no endereço: editalpet2024@mec.gov.br ou pelo telefone (61) 2022-8177.
- 16.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial, observadas as normas legais contidas na Lei nº 11.180, de 23 de setembro de 2005, e na Portaria MEC nº 976, de 27 de julho de 2010, republicada em 31 de outubro de 2013.
- 16.3. A Comissão Especial de que trata o item 16.2 deste Edital será composta pelo Secretário de Educação Superior, pela Diretora de Políticas e Programas de Educação Superior e pelo Coordenador-Geral de Relações Estudantis e Serviços Digitais.
- 16.4. É de inteira responsabilidade dos candidatos acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes ao processo seletivo.
- 16.5. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE BRASIL CARVALHO DA FONSECA
Secretário de Educação Superior



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Brasil Carvalho da Fonseca, Secretário(a)**, em 10/07/2024, às 18:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4966891** e o código CRC **D7BC4EDD**.

ANEXO I

PROPOSTA AO EDITAL Nº 04, DE 10 DE JULHO DE 2024

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL

1. **IDENTIFICAÇÃO DA UNIVERSIDADE:**

- 1.1. Universidade:
- 1.2. Campus (se for o caso):
- 1.3. Pró-Reitor(a) Responsável:
- 1.4. Telefone:
- 1.5. E-mail:

2. **IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA:**

- 2.1. Lote: () I () II () III () IV () V
- 2.2. Nome do Grupo PET:
- 2.3. Área de Conhecimento:
- 2.4. Curso(s): insira 1 (um) ou mais cursos na tabela abaixo:

Curso(s):		Conceito:
Curso(s):		Conceito:
Curso(s):		Conceito:

Curso(s):		Conceito:
Curso(s):		Conceito:

3. DESCRIÇÃO DA PROPOSTA:**3.1. Resumo da Proposta:**

Pertinência, qualidade e diversificação das ações constantes na proposta.

Qual o diferencial dessa proposta? (ineditismo, pioneirismo, resgate histórico, etc.)

3.2. Justificativa para Formação do Grupo PET:

Por que tomou a iniciativa de formar o grupo?

Diagnóstico institucional.

Que circunstâncias favorecem a execução das ações/atividades propostas?

Outros aspectos que julgue pertinente mencionar.

3.3. Objetivo Geral e Objetivos Específicos:

Os objetivos devem ser expostos de maneira clara e sucinta e expressar o(s) resultado(s) que se pretende atingir.

A proposta pode ter mais de um objetivo, mencione todos, separando-os em objetivo geral e objetivos específicos.

3.4. Envolvimento da Instituição com o desenvolvimento da proposta:**3.5. Articulação do Projeto Pedagógico Institucional:****3.6. Práticas inovadoras de ensino:****3.7. Relação com a sociedade:**

3.8. Formação pedagógica dos bolsistas PET:**3.9. Articulação entre ensino, pesquisa e extensão:****3.10. Contribuição da proposta para a redução da evasão e para a retenção:****3.11. Contribuição para a aproximação dos currículos dos respectivos cursos de graduação com o desenvolvimento científico, cultural, artístico e tecnológico:****4. ATIVIDADES PLANEJADAS:****4.1. Atividade 1:**

Carga Horária:

Data Início da Atividade:

Data Fim da Atividade:

Descrição/Justificativa:

Objetivos:

Como a atividade será realizada? (Metodologia):

Quais os resultados que se espera da atividade?

Qual será a metodologia de avaliação da atividade pelo grupo?

4.2. **Atividade 2:**

Carga Horária:

Data Início da Atividade:

Data Fim da Atividade:

Descrição/Justificativa:

Objetivos:

Como a atividade será realizada? (Metodologia):

Quais os resultados que se espera da atividade?

Qual será a metodologia de avaliação da atividade pelo grupo?

4.3. **Atividade 3:**

Carga Horária:

Data Início da Atividade:

Data Fim da Atividade:

Descrição/Justificativa:

Objetivos:

Como a atividade será realizada? (Metodologia):

Quais os resultados que se espera da atividade?

Qual será a metodologia de avaliação da atividade pelo grupo?

4.4. Atividade 4:

Carga Horária:

Data Início da Atividade:

Data Fim da Atividade:

Descrição/Justificativa:

Objetivos:

Como a atividade será realizada? (Metodologia):

Quais os resultados que se espera da atividade?

Qual será a metodologia de avaliação da atividade pelo grupo?

4.5. Atividade 5:

Carga Horária:

Data Início da Atividade:

Data Fim da Atividade:

Descrição/Justificativa:

Objetivos:

Como a atividade será realizada? (Metodologia):

Quais os resultados que se espera da atividade?

Qual será a metodologia de avaliação da atividade pelo grupo?

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Brasília, _____, de 2024.

Assinatura Pró-Reitor(a) Responsável

ANEXO II

PLANILHA PARA AVALIAÇÃO DE PROPOSTA/EDITAL Nº 4, DE 10 DE JULHO DE 2024			
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL			
Indicadores	CRITÉRIOS DE ANÁLISE	Pontuação 0 - 5	Peso
1. Justificativa e objetivos	a) Coerência da justificativa com os objetivos propostos.		0,05
	b) Os objetivos e metas do grupo PET estão articulados e em conformidade com os objetivos e princípios reguladores do Programa, conforme definido na legislação vigente (lei, portaria, resoluções, manuais).		0,05
2. Envolvimento da Instituição com o desenvolvimento da proposta	a) A IES vai ofertar espaço físico apropriado à realização das atividades do PET?		0,1
	b) A IES vai auxiliar na aquisição de materiais, <i>softwares</i> e outros equipamentos objetivando o sucesso acadêmico dos estudantes?		0,1
	c) A IES vai apoiar a participação do grupo em congressos e eventos relacionados ao Programa?		0,1
3. Articulação da proposta com o projeto pedagógico institucional	a) Compatibilidade do objetivo do Grupo PET com o objetivo do Projeto Pedagógico Institucional.		0,1
	b) Contribuição do grupo PET com o alcance da missão institucional da universidade.		0,1
	c) Adequação dos princípios e diretrizes do Grupo PET com os princípios e diretrizes do Projeto Pedagógico Institucional.		0,1
4. Práticas inovadoras de ensino	a) Desenvolvimento de atitudes pró-ativas diante dos desafios e limites da realidade científica e tecnológica.		0,05
	b) Utilização experimentalmente, adoção e desenvolvimento de novas práticas e tecnologias de ensino e aprendizagem.		0,05
5. Relação com a sociedade	a) contribuição na formulação, implementação e acompanhamento das políticas públicas prioritárias ao desenvolvimento regional e nacional sustentável.		0,5
	b) impacto social da ação transformadora do grupo PET sobre os problemas sociais, contribuição à inclusão de grupos sociais, ao desenvolvimento de meios e processos de produção, inovação e difusão de conhecimentos e à ampliação de oportunidades educacionais, facilitando o acesso ao processo de formação e de qualificação.		0,5
6. Formação pedagógica dos bolsistas PET	a) Compromisso com a preparação dos alunos para atuar no seu futuro campo profissional.		0,05
	b) atuação do grupo com profissionais da área.		0,05
	c) atuação coletiva e ações conjuntas entre tutor e bolsistas.		0,05
7. Articulação entre ensino, pesquisa e extensão;	a) cumprimento ao preceito da indissociabilidade extensão, ensino e pesquisa, caracterizada pela integração da ação desenvolvida à formação técnica e cidadã do estudante e pela produção e difusão de novos conhecimentos e novas metodologias.		0,1

	b) Interação com grupos de ensino, pesquisa e extensão internos e/ou externos.		0,1
	c) Realização de atividades que permitam o desenvolvimento de uma visão ampla das atividades de ensino, pesquisa e extensão na IES.		0,05
8. Contribuição da proposta para a redução da evasão e para a retenção	a) Estratégias que contribuam para a redução da evasão e para a retenção.		0,15
9. Contribuição para a aproximação dos currículos dos respectivos cursos de graduação com o desenvolvimento científico, cultural, artístico e tecnológico.	a) conteúdos, metodologias e atividades desenvolvidas que favoreçam o desenvolvimento científico, cultural, artístico e tecnológico.		0,05
	b) apresentação de breve histórico da universidade que comprove esta aproximação em alguma área.		0,05
10. Conceito dos cursos envolvidos com a proposta do PET	<p>O Conceito será medido de forma distinta, a depender da abrangência do grupo PET.</p> <p>Grupos PET vinculados a curso específico:</p> <p>a) conceito do curso obtido no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE);</p> <p>b) Grupos PET de abrangência interdisciplinar ou de grande área do conhecimento – medido pela média da soma dos conceitos ENADE obtido por cada um dos cursos de graduação envolvidos com o grupo PET.</p>		0,2

ANEXO III

Objetivos dos novos grupos PET**Lote I - Rede PET de Integridade da Informação**

- Acompanhar o rápido desenvolvimento da desinformação relacionada aos temas, bem como, das tecnologias emergentes, para identificar e analisar os possíveis riscos, impactos, danos, benefícios e oportunidades para o ecossistema de informação *on-line*;
- Fomentar ações coordenadas para promover a construção de confiança e garantir a integridade, precisão, consistência e confiabilidade das informações, por meio de educação cívica *on-line*, com foco na educação midiática;
- Contribuir para o acesso à informação de qualidade e para um debate público enriquecedor, livre, plural, diverso e democrático e estabelecer comunidades de práticas e compartilhamento de conhecimentos para promoção da integridade da informação *on-line*;
- Produzir materiais, tais como relatórios, guias, manuais de orientação, *tool kits* que servirão de subsídios para encontros periódicos dos grupos e para a troca de conhecimento e informações necessárias para atingir os objetivos elencados anteriormente.

Lote II - Rede PET Encontro de Saberes

- Formar grupos que acompanharão novas edições de disciplinas do projeto Encontro de Saberes, orientados pelos fundamentos do Programa de Educação Tutorial (PET) e fundamentos do Projeto Encontro de Saberes, a saber: indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da educação tutorial; presença de mestres e mestradas de notório saber das tradições culturais; pluralidade epistêmica; diálogos interculturais; e inter e transdisciplinaridade;
- Envolver estudantes, professores tutores, mestradas e mestres dos saberes tradicionais e populares atuando como docentes e professores parceiros dos mestres em um processo comum de formação PET;
- Possibilitar a intensificação das relações dos bolsistas do PET com as comunidades de onde os mestres e mestradas docentes são oriundos;
- Estabelecer uma conexão da política de formação do PET Encontro de Saberes com a política de curricularização da Extensão; e
- Produzir materiais de leitura, como artigos e monografias de final de curso, sobre os temas e as abordagens trazidos pelos mestres e mestradas nas suas atividades de ensino nas universidades, ampliando assim os objetivos formativos do PET.

Lote III - Rede PET de Educação do Campo, das Águas e das Florestas

- a. Desenvolver ações e projetos ligados à tríade ensino pesquisa e extensão junto a comunidades e escolas do campo, das águas e das florestas, incentivando práticas educativas vinculadas à formação de professores(as), movimentos sociais do campo, agroecologia, pedagogia da alternância, tecnologias sociais e cultura popular;
- b. Desenvolver ações de pesquisa e extensão que tematizem a história da luta pela terra; a transformação da paisagem e natureza local; a organicidade política, econômica e produtiva das comunidades; os aspectos da relação com o Estado na garantia de direitos sociais e das políticas educacionais; as identidades culturais e modos de vida; e a territorialidade dos povos do campo, das águas e das florestas em cada contexto, de modo a produzir dados e conteúdos possíveis de serem incorporados às propostas curriculares das escolas;
- c. Incentivar à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;
- d. Estimular a produção de materiais didáticos contextualizados a práticas educativas do campo, das águas e das florestas no que se refere a territorialidades, trabalho e culturas camponesas, a práticas pedagógicas com crianças, adolescentes, jovens e adultos, a produção de subsídios didáticos pedagógicos e a sistematização de experiências relacionadas aos objetivos elencados anteriormente.

Lote IV - Rede PET de Educação Antirracista

- a. Promover interlocuções em torno da temática da diversidade, para que diferentes áreas do conhecimento contribuam, a partir de suas expertises, para o debate consubstanciado em torno da educação das relações étnico-raciais e educação escolar quilombola;
- b. Contribuir com o combate ao racismo em todas as esferas da sociedade, mobilizando o poder público na promoção de ações que concretizem o compromisso com a efetividade de condições para que o princípio da igualdade se materialize;
- c. Produzir materiais didáticos voltados para uma educação antirracista que envolvam, pelo menos, três áreas do conhecimento voltados para a Educação Básica – Ensino Fundamental - anos finais;
- d. Realizar formações sobre letramento racial a serem oferecidas para docentes da Educação Básica, discentes de licenciaturas e pós-graduandos/as;
- e. Ampliar as discussões sobre a Educação das Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola mediante a produção de artigos, capítulos, livros e *e-books* (e demais mídias digitais) nos quais contemplem, no mínimo, três áreas de conhecimento das instituições nas quais o PET se efetiva.

Lote V – Rede PET de Manejo Florestal Comunitário na Amazônia

- a. Fomentar a produção de conhecimento técnico-científico por meio da elaboração de artigos, visando enriquecer o arcabouço teórico relacionado à utilização sustentável dos recursos naturais, à preservação de áreas protegidas e o manejo de florestas públicas, com foco na qualificação de discentes e pesquisadores;
- b. Estimular a produção de materiais didáticos, como manuais de boas práticas, guias de orientação e cartilhas sobre o manejo florestal comunitário na Amazônia com foco na democratização do conhecimento científico, tornando-o acessível às populações e comunidades tradicionais envolvidas no manejo da floresta;
- c. Contribuir para a formação de profissionais capacitados, incentivando uma abordagem sensível, dialógica e multidisciplinar para o manejo florestal que envolva povos e comunidades tradicionais, com atenção às especificidades dos territórios coletivos na Amazônia;
- d. Promover um espaço de campo experimental prático na floresta Amazônica, proporcionando aos discentes uma imersão na realidade de povos e comunidades tradicionais, ampliando, assim, a compreensão e vivência prática do manejo florestal;
- e. Desenvolver ações de pesquisa e extensão voltadas para a agenda florestal, abrangendo e potencializando temas como o uso e a conservação da floresta, manejo florestal comunitário sustentável, organizações sociais, empreendimentos comunitários na Amazônia e bioeconomia.

Documento Digitalizado Público

EDITAL Nº 4/2024 - Criação de novos grupos PET

Assunto: EDITAL Nº 4/2024 - Criação de novos grupos PET
Assinado por: -
Tipo do Documento: Edital
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
Conselho Superior

RESOLUÇÃO 50/2024 - CONSUP/RE/IFAP

Aprova o Regulamento do Programa de Educação Tutorial Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – PETi IFAP.

A PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ - IFAP, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o que consta no processo nº 23228.001045.2024-18 e as deliberações na 64ª reunião ordinária do Conselho Superior,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Regulamento do Programa de Educação Tutorial Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – PETi IFAP.

Art. 2º Esta resolução entrar em vigor a partir da data de sua publicação.

Documento assinado eletronicamente por:

- Juliana Eveline dos Santos Farias, Presidente do Consup em exercício - PRES. CONSCD01 - CONSUP, em 01/07/2024 11:46:06.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 25/06/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifap.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 94084

Código de Autenticação: b6f432ab65



**REGULAMENTO DO
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL INSTITUCIONAL
DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAPÁ – PETi IFAP**

2024

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá tem como:

Missão

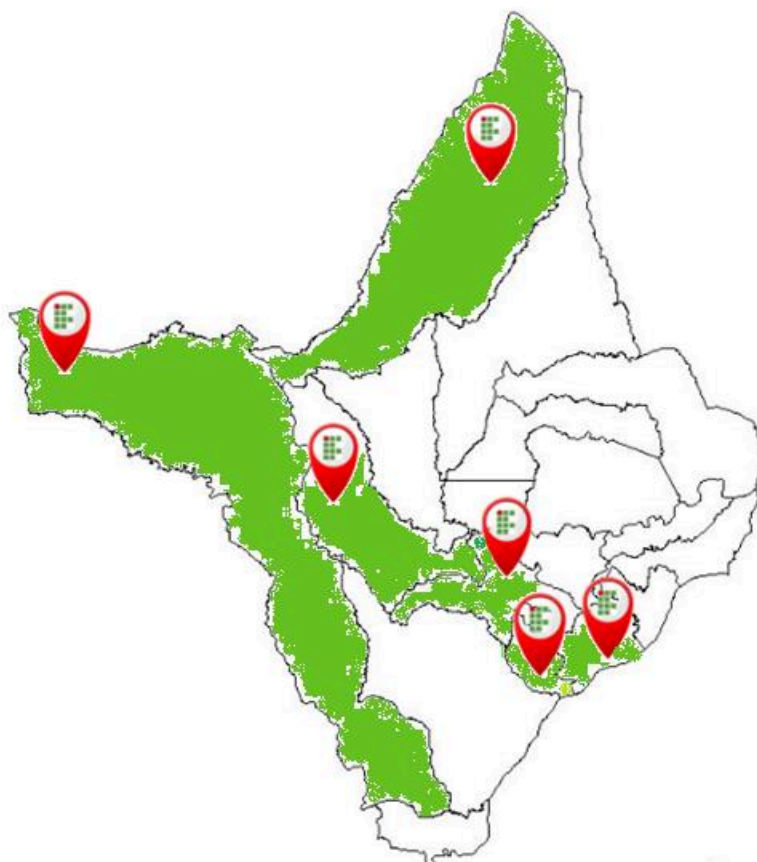
“Transformar vidas por meio da Educação Profissional, Científica e Tecnológica, garantindo a formação integral e verticalizada”

Visão

“Ser referência na promoção da Educação Profissional, Científica e Tecnológica, pública, gratuita, sustentável e de qualidade na região amazônica”

Valores

“Excelência acadêmica; Inclusão e diversidade; Transparência e gestão democrática; Eficiência governamental; Integridade e ética; Desenvolvimento sustentável; Responsabilidade social; Cultura organizacional e clima organizacional; Conservação da biodiversidade”



**COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DESTE REGULAMENTO,
CONFORME A PORTARIA Nº 964/2024 - GAB/RE/IFAP**

Cristina Coutinho de Oliveira
Presidente da Comissão

Julia Milena da Paixão Oliveira
Pró-Reitoria de Ensino

Helington Franzotti Araujo de Souza
Pró-Reitoria de Ensino

Alyne Cristina Sodré Lima
Pró-Reitoria de Extensão, Cultura, Arte e Desporto

Willians Lopes de Almeida
Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Ana Lis Pimentel Brilhante
Campus Laranjal do Jari

Givanilce Socorro Dias da Silva
Campus Santana

Simião Mendes Carneiro
Campus Avançado Oiapoque

Cassyo Lima Santos
Campus Agrícola Porto Grande

Hilton Prado de Castro Junior
Campus Macapá

CRISTINA COUTINHO DE OLIVEIRA
Pró-Reitora de Ensino do IFAP
Portaria nº 213/2024/GAB/RE/IFAP

SUMÁRIO

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	4
CAPÍTULO II - DOS OBJETIVOS.....	4
CAPÍTULO III - DA ABRANGÊNCIA.....	5
CAPÍTULO IV - DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	5
CAPÍTULO V - DA PROEN.....	6
CAPÍTULO VI - DOS GESTORES E SETORES DOS CAMPI.....	7
CAPÍTULO VII - DO INTERLOCUTOR.....	8
CAPÍTULO VIII - DO CLAA.....	8
CAPÍTULO IX - DO COORDENADOR E COLEGIADO DE CURSO.....	10
CAPÍTULO X - DO PROFESSOR TUTOR.....	10
CAPÍTULO XI - DO DISCENTE.....	12
CAPÍTULO XII - DA AVALIAÇÃO DOS GRUPOS PETi E DOS TUTORES.....	13
CAPÍTULO XIII - DOS PROCESSOS SELETIVOS.....	14
CAPÍTULO XIV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.....	17

**REGULAMENTO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL INSTITUCIONAL
DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO IFAP –
PETi IFAP**

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Programa de Educação Tutorial (PET) reger-se-á pelo disposto na Lei nº 11.180, de 23 de setembro de 2005, e pela Portaria Nº 976, de 27 de julho de 2010, bem como pelas demais disposições legais aplicáveis.

Art. 2º O Programa de Educação Tutorial Institucional (PETi) constitui-se em programa de educação tutorial desenvolvido em grupos organizados a partir de cursos de graduação das instituições de ensino superior do país, orientados pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

CAPÍTULO II - DOS OBJETIVOS

Art. 3º O PETi tem como objetivos:

- I. desenvolver atividades acadêmicas em padrões de qualidade e excelência, mediante grupos de aprendizagem tutorial de natureza coletiva e interdisciplinar;
- II. contribuir para a elevação da qualidade da formação acadêmica dos estudantes dos cursos de graduação;
- III. estimular a formação de profissionais com elevada qualificação técnica, científica, tecnológica e acadêmica;
- IV. formular novas estratégias de desenvolvimento e modernização do ensino superior no país;
- V. estimular o espírito crítico, bem como a atuação profissional pautada pela cidadania e pela função social da educação superior;
- VI. propiciar o desenvolvimento de novas práticas pedagógicas nos cursos;
- VII. contribuir para a consolidação e a difusão da educação tutorial como prática de formação na graduação;
- VIII. contribuir com a política de diversidade e de inclusão na instituição, por meio de ações afirmativas em defesa da melhoria da equidade socioeconômica, étnico-racial e de gênero.

§ 1º Os grupos PET serão criados conforme processo de seleção definido em edital da Secretaria de

Educação Superior - SESu do Ministério da Educação.

§ 2º A expansão dos grupos PET deverá estimular a vinculação dos novos grupos às áreas prioritárias e à políticas públicas e de desenvolvimento, assim como a correção de desigualdades regionais e a interiorização do programa.

§ 3º Os grupos PET devem ser vinculados à Pró-Reitoria de Ensino (Proen), sem prejuízo do envolvimento das Pró-Reitorias de Pesquisa e Extensão.

CAPÍTULO III - DA ABRANGÊNCIA

Art. 4º O PETi poderá ter as seguintes abrangências:

- a) interdisciplinar, quando o grupo possibilita a participação de estudantes pertencentes a um conjunto de cursos de graduação, que se articula institucionalmente ou em grandes áreas do conhecimento definidas pelo CNPq; e/ou
- b) curso específico, quando o grupo possibilita a participação de estudantes pertencentes a determinado curso de graduação.

CAPÍTULO IV - DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 5º O PETi organizar-se-á academicamente a partir das formações em nível de graduação, mediante a constituição de grupos de estudantes de graduação, sob a orientação de um professor tutor.

§ 1º O grupo PETi deverá realizar atividades que possibilitem uma formação acadêmica ampla aos estudantes e que envolvam ensino, pesquisa e extensão.

§ 2º Os grupos PETi deverão contribuir para a implementação de políticas públicas e de desenvolvimento em sua área de atuação, sendo que esta contribuição será considerada por ocasião das avaliações periódicas.

§ 3º O número mínimo para o funcionamento do grupo PETi será de quatro bolsistas.

§ 4º O aumento da quantidade de bolsas concedidas pelo grupo PETi será feito a partir de justificativa encaminhada pelo professor tutor ao Comitê Local de Acompanhamento e Avaliação (CLAA) do Ifap e estará condicionada à avaliação positiva do grupo por este comitê.

§ 5º A implementação das novas bolsas dos grupos PETi em expansão será efetuada somente após a homologação do processo por parte da instituição e sua autorização pelo MEC.

§ 6º A Proen deverá aprovar o planejamento das atividades dos grupos em conformidade com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e das formações em nível de graduação e acompanhar a sua realização.

Art. 6º A estrutura organizacional do PETi será composta pela Proen, Direção-Geral (Diger), Diretorias e Departamentos de Ensino (Diren/Den) e Coordenações de Gerenciamento do Ensino (Cogen), ou equivalente nos *campi*, Interlocutor PETi, CLAA, tutores e estudantes (bolsistas/não bolsistas).

Art. 7º O CLAA do PETi será instituído pelo Reitor e será composto por tutores e integrantes discentes do PETi e por membros indicados pela Proen, incluindo o interlocutor.

§ 1º A representação da administração do Ifap poderá incluir representantes da Proen, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pró-Reitoria de Extensão, coordenadores de curso, chefes de departamentos ou órgãos equivalentes, não podendo a representação da administração do Ifap ser inferior à soma dos tutores e integrantes discentes do PETi.

§ 2º A Proen deverá instituir a suplência dos representantes do CLAA.

§ 3º A Proen designará um interlocutor do PETi para apoiar administrativamente os grupos e representá-los institucionalmente junto à SESu e que acumulará a função de presidente do CLAA.

CAPÍTULO V - DA PROEN

Art. 8º Compete à Proen:

- I. gerenciar o(s) grupo(s) implantado(s) no Ifap;
- II. designar um interlocutor para apoiar administrativamente os grupos;
- III. indicar o responsável pelo apoio administrativo do Programa;
- IV. apoiar a programação acadêmica a ser desenvolvida pelo(s) grupo(s);

- V. constituir o CLAA para acompanhamento e avaliação do(s) grupo(s) PETi;
- VI. orientar, por meio do CLAA PETi, os grupos e demais órgãos da Instituição em relação às normas do Programa e à elaboração de relatórios e outras atividades compromissadas com a SESu;
- VII. elaborar relação de despesas e encaminhar ao órgão competente da IES para fins de repasse do pagamento;
- VIII. promover a substituição de tutores que não tenham desempenhado as suas funções de forma satisfatória, conforme avaliação por normas estabelecidas pela Comissão Nacional de Acompanhamento e Avaliação PETi;
- IX. zelar pelo cumprimento das normas/atribuições do Programa relativas ao curso de graduação, tutor e bolsistas;
- X. homologar a seleção e substituição de tutores e de bolsistas, o planejamento e relatórios de atividades;
- XI. propor a extinção de grupos por insuficiência de desempenho, após a realização de processo avaliativo pelo CLAA;
- XII. substituir tutores que não tenham desempenho satisfatório, conforme normas estabelecidas.

Art. 9º Compete à Pró-Reitoria de Pesquisa e a Pró-Reitoria de Extensão, e as suas respectivas representações nos *campi*, apoiar as atividades do PETi.

CAPÍTULO VI - DOS GESTORES E SETORES DOS *CAMPI*

Art. 10º Compete à Direção Geral, ao Diretor/Chefe de Departamento de Ensino e a Cogens ou equivalente dos *campi*:

- I. apoiar tática, estratégica, financeira e operacionalmente a execução de atividades do grupo;
- II. auxiliar na comunicação, divulgação do grupo e suas atividades no site institucional do PETi;
- III. disponibilizar, organizar e manter espaço com computadores e demais materiais pertinentes para uso dos estudantes integrantes e o desenvolvimento de atividades do grupo;
- IV. providenciar a certificação das atividades do grupo e de seus integrantes;

- V. possibilitar a participação do tutor e dos integrantes discentes no Encontro Nacional dos Grupos PETi (Enapet);
- VI. oportunizar as condições necessárias para o desenvolvimento das atividades do PETi;
- VII. estimular a interação crítica do grupo com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC);
- VIII. colaborar na discussão do planejamento e do relatório de atividades do grupo, respeitando sua autonomia;
- IX. acompanhar a avaliação do grupo;
- X. comunicar ao CLAA o desligamento de estudantes e tutores.

CAPÍTULO VII - DO INTERLOCUTOR

Art. 11º Compete ao Interlocutor:

- I. comunicar-se com a Proen e os *campi*, intermediando os assuntos administrativos referentes ao PETi;
- II. convocar reuniões do CLAA, na condição de presidente;
- III. Solicitar a troca de tutores que não tenham desempenho satisfatório, conforme as normas estabelecidas.
- IV. promover a interlocução entre a Proen e os *campi* nas ações administrativas do PETi.

Art. 12º O interlocutor do PETi poderá ser substituído por decisão da Proen.

CAPÍTULO VIII - DO CLAA

Art. 13º Compete ao CLAA:

- I. acompanhar e avaliar o desempenho dos grupos PETi e dos professores tutores;
- II. zelar pela qualidade e inovação acadêmica do PETi e pela garantia do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- III. apoiar institucionalmente as atividades dos grupos PETi;
- IV. receber e avaliar os planejamentos e relatórios anuais dos grupos PETi;
- V. verificar a coerência da proposta de trabalho e dos relatórios com o Projeto

- Pedagógico Institucional e com as políticas e ações para redução da evasão e insucesso nas formações em nível de graduação do Ifap;
- VI. referendar os processos de seleção e de desligamento de integrantes discentes dos grupos, por proposta do professor tutor;
 - VII. analisar e aprovar os processos de seleção e de desligamento de tutores, bem como sugerir à Comissão de Avaliação, a substituição de tutores e emitir parecer sobre a extinção de grupos;
 - VIII. elaborar o relatório institucional consolidado e encaminhá-lo à SESu, com prévia aprovação do Comitê de Políticas Educacionais do Ifap;
 - IX. propor à Comissão de Avaliação critérios e procedimentos adicionais para o acompanhamento e a avaliação dos grupos PETi da IES;
 - X. propor estudos e programas para o aprimoramento das atividades dos grupos PETi do Ifap;
 - XI. organizar dados e informações relativas ao PETi e emitir pareceres por solicitação da Comissão de Avaliação;
 - XII. elaborar relatórios de natureza geral ou específica;
 - XIII. coordenar o acompanhamento e a avaliação anual dos grupos, de acordo com as diretrizes do programa e seus critérios e instrumentos de avaliação definidos no Manual de Orientações Básicas; e
 - XIV. homologar os Planos de Trabalho e os Relatórios dos Grupos PETi previamente aprovados pela Pró-Reitoria de Ensino.

Art. 14º O CLAA realizará o acompanhamento anual das atividades dos grupos por meio de entrevistas com o tutor, com os bolsistas/não bolsistas e com o(s) coordenador(es) do(s) curso(s).

Art. 15º Após entrevistas com o tutor, com os bolsistas/não bolsistas e com o(s) coordenador(es) do(s) curso(s), o CLAA deverá elaborar um parecer que será enviado à Proen e aos entrevistados, contendo eventuais sugestões para a melhoria e/ou aperfeiçoamento do programa.

Art. 16º Demais ações do CLAA seguirão normas contidas em regulamento próprio ou em Instruções Normativas (IN) da Proen.

CAPÍTULO IX - DO COORDENADOR E DO COLEGIADO DE CURSO

Art. 17º Compete ao Coordenador e ao Colegiado de Curso:

- I. colaborar na discussão do planejamento de atividades do grupo;
- II. estimular a interação crítica do grupo com o PPC;
- III. acompanhar a auto-avaliação do grupo, enriquecendo a discussão do grupo através da visão do colegiado do curso;
- IV. zelar pelo cumprimento do Termo de Compromisso firmado com a SESu.

CAPÍTULO X - DO PROFESSOR TUTOR

Art. 18º Compete ao professor tutor:

- I. planejar e supervisionar as atividades do grupo e orientar os integrantes discentes do grupo;
- II. coordenar a seleção dos bolsistas e não bolsistas do grupo;
- III. submeter a proposta de trabalho para aprovação do *campus*, do CLAA e da Proen;
- IV. organizar os dados e informações sobre as atividades do grupo para subsidiar a elaboração do relatório pelo CLAA;
- V. reservar carga horária de 8 (oito) horas semanais para orientação dos integrantes discentes do grupo PETi, sem prejuízo das demais atividades docentes previstas em seu *campus*;
- VI. atender, nos prazos estipulados, às demandas da instituição;
- VII. solicitar ao CLAA o seu desligamento ou o de integrantes discentes, por escrito e com justificativa;
- VIII. controlar a frequência e a participação dos discentes integrantes;
- IX. emitir declarações ou certificados de atividades organizadas pelo grupo, quando não houver setor específico para esse fim;
- X. fazer referência à condição de tutor em suas publicações e trabalhos científicos apresentados.

Art. 19º Poderá ser tutor de grupo PETi o docente que atender aos seguintes requisitos:

- I. pertencer ao quadro permanente da instituição, sob contrato em regime de tempo

- integral e dedicação exclusiva;
- II. ter título de doutor;
 - III. não acumular qualquer outro tipo de bolsa;
 - IV. comprovar atuação efetiva em cursos e atividades da graduação por três anos anteriores à solicitação ou à avaliação; e
 - V. comprovar atividades de pesquisa e de extensão por três anos anteriores à solicitação ou à avaliação.

§ 1º Para fins do disposto nos incisos IV e V do caput:

I - a atuação efetiva em cursos e atividades da graduação será aferida a partir de disciplinas oferecidas, orientação de monitoria, iniciação científica e trabalhos de conclusão de curso, atuação em programas ou projetos de extensão, e participação em conselhos acadêmicos, os quais poderão ser comprovados mediante o currículo lattes documentado do candidato a tutor; e

II - o período de exercício das atividades comprovadas não necessita ser ininterrupto, de tal forma que professores que tenham se afastado da instituição para realizar estágio ou outras atividades de ensino, pesquisa e extensão não estão impedidos de exercer a tutoria.

§ 2º Excepcionalmente a bolsa de tutoria poderá ser concedida a professor com titulação de mestre, desde que devidamente justificado pelo CLAA e aprovado pela Comissão de Avaliação.

§ 3º A participação de um professor tutor em um grupo PETi dar-se-á a partir da aprovação em processo de seleção, garantida a participação de alunos, conduzido pelo órgão à qual o grupo PETi se vincula.

Art. 20º O professor tutor de grupo PETi receberá mensalmente bolsa de tutoria de valor equivalente ao praticado na política federal de concessão de bolsas de doutorado.

§ 1º A bolsa do professor tutor com título de mestre será de valor equivalente ao praticado na política federal de concessão de bolsas de mestrado;

§ 2º A bolsa de tutoria terá duração de três anos, renovável por igual período.

Art. 21º O tutor de grupo PETi receberá, semestralmente, o valor equivalente a uma bolsa por estudante participante, a ser aplicado integralmente no custeio das atividades do grupo.

§ 1º Por conveniência operacional, o valor de custeio das atividades dos grupos poderá ser pago anualmente em uma única parcela.

§ 2º Na hipótese de aquisição de material didático, será obrigatória sua doação à instituição de ensino superior a qual o grupo PETi está vinculado, ao final das atividades do grupo.

Art. 22º O professor tutor será desligado do PETi nas seguintes situações:

- I. por decisão do CLAA, embasada em resultados insatisfatórios de avaliação, considerando, para tanto, o descumprimento do termo de compromisso e demais dispositivos legais pertinentes ao PETi;
- II. por decisão da Proen, desde que devidamente homologada pelo CLAA;
- III. após o exercício da função de tutor por 6 (seis) anos consecutivos no grupo PETi.

CAPÍTULO XI - DO DISCENTE

Art. 23º Compete aos integrantes discentes (bolsistas/não bolsistas) do PETi:

- I. zelar pela qualidade acadêmica do grupo;
- II. participar de todas as atividades programadas pelo professor tutor;
- III. participar de atividades de ensino, pesquisa e extensão durante a sua permanência no grupo;
- IV. manter um bom desempenho acadêmico no curso.

Art. 24º Poderá ser bolsista de grupo PETi o estudante de graduação que atender aos seguintes requisitos:

- I. estar regularmente matriculado como estudante de curso de graduação;
- II. apresentar bom rendimento acadêmico de acordo com os parâmetros fixados pelo Índice de Rendimento Acadêmico (IRA) no Suap;

- III. não receber nenhum outro tipo de bolsa e
- IV. ter disponibilidade para dedicar vinte horas semanais às atividades do programa.

Parágrafo único: Cada grupo PETi terá no mínimo 4 (quatro) e no máximo 12 (doze) integrantes discentes.

Art. 25º O integrante discente será desligado do grupo nos seguintes casos:

- I. conclusão, trancamento de matrícula, desistência ou abandono de curso;
- II. rendimento acadêmico insuficiente;
- III. acúmulo de duas reprovações em unidades curriculares após o seu ingresso no PETi;
- IV. descumprimento das obrigações junto à Proen, ou a algum setor do *campus*;
- V. envolvimento em práticas não condizentes com os objetivos do PETi e com o ambiente acadêmico.

CAPÍTULO XII - DA AVALIAÇÃO DOS GRUPOS PETi E DOS TUTORES

Art. 26º A avaliação dos grupos PETi pelo CLAA será realizada considerando os seguintes aspectos, condições e procedimentos:

- I. relatório anual do grupo;
- II. sucesso acadêmico do grupo;
- III. participação dos estudantes do grupo em atividades, projetos e programas de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do PETi;
- IV. desenvolvimento de inovação e práticas educativas no âmbito da formação em nível de graduação;
- V. alinhamento das atividades do grupo ao PPI e com as políticas e ações para redução da evasão e insucesso na formação acadêmica dos estudantes;
- VI. publicações e participações em eventos acadêmicos e científicos de professores tutores e estudantes bolsistas/não bolsistas;
- VII. relatórios de autoavaliação de estudantes e tutores; e
- VIII. visitas *in loco*, quando necessário.

Parágrafo único. Um grupo PETi poderá ser extinto quando a avaliação realizada pelo CLAA for insatisfatória.

Art. 27º A avaliação dos professores tutores pelo CLAA será realizada considerando os seguintes aspectos, condições e procedimentos:

- I. cumprimento das atividades inerentes a sua função;
- II. contribuição para a inovação e o desenvolvimento da formação dos estudantes em nível de graduação;
- III. publicações e produções científicas;
- IV. unidades curriculares ministradas em cursos de graduação;
- V. orientação de trabalhos acadêmicos;
- VI. participação em projetos ou programas de ensino, pesquisa e extensão;
- VII. participação em conselhos acadêmicos;
- VIII. material didático produzido e publicado acerca das atividades desenvolvidas pelo grupo;
- IX. relação entre as ações planejadas e efetivamente desenvolvidas pelo grupo.

CAPÍTULO XIII - DOS PROCESSOS SELETIVOS

Art. 28º Os processos seletivos no âmbito do PETi ocorrerão para o atendimento das seguintes situações:

- I. seleção de novos grupos: de responsabilidade da Proen, com editais próprios, anualmente, no início de cada ano letivo, para estudantes bolsistas/não bolsistas;
- II. seleção de tutores: de responsabilidade da Diren/Den e/ou Cogen, do *campus*, com editais próprios;
- III. seleção de estudantes: de responsabilidade da Diren/Den e/ou Cogen, do *campus*, com editais próprios e com o apoio de tutores.

Art. 29º São aspectos, condições e procedimentos para a realização do processo seletivo de novos grupos PETi:

- I. ter edital específico, elaborado e publicado pela Proen, condicionado à participação

- e à anuência do CLAA;
- II. a avaliação dos projetos submetidos será realizada pelo CLAA, que informará à Proen uma listagem de classificação a partir de critérios previstos em edital específico;
- III. os projetos de novos grupos serão avaliados de acordo com os seguintes parâmetros:
- a) envolvimento e comprometimento do *campus* com o desenvolvimento da proposta submetida e fornecimento de infraestrutura;
 - b) contribuição para a elevação da qualidade da formação dos estudantes de graduação;
 - c) avanços na área de ensino, pesquisa e extensão para os estudantes e docentes envolvidos;
 - d) impactos positivos das atividades de extensão na sociedade;
 - e) articulação da proposta com o PPC;
 - f) contribuição para a aproximação dos currículos dos respectivos cursos com o desenvolvimento científico, cultural, artístico e tecnológico;
 - g) experimentação de alternativas metodológicas de ensino;
 - h) descoberta de novos objetos / vertentes de investigação;
 - i) desenvolvimento de atitudes proativas diante dos desafios e limites da realidade científica e tecnológica;
 - j) contribuição para a diminuição das taxas de evasão e ações voltadas para a política da diversidade, por meio de ações afirmativas em defesa da equidade socioeconômica, étnico-racial e de gênero;
 - k) adequação do currículo do tutor à proposta.
- IV. a Proen será responsável por homologar e divulgar o resultado do processo seletivo.

Art. 30º São aspectos, condições e procedimentos do edital próprio de processo seletivo de tutor:

- a) o edital próprio do processo de seleção do tutor deverá ser publicado e divulgado oficialmente no âmbito do(s) respectivo(s) curso(s) de graduação, com antecedência mínima de 8 (oito) dias da sua realização;
- b) o processo de seleção para tutor deverá ser coordenado pelo *campus* com a

participação do CLAA;

- c) a Comissão de Seleção será composta por três membros: um do CLAA e dois indicados pelo(s) colegiado(s) do(s) curso(s);
- d) para grupos que envolvam mais de 1 (um) curso, sugere-se a participação de representantes de todos os cursos;
- e) o resultado do processo seletivo será encaminhado ao CLAA;
- f) no processo de seleção para preenchimento da vaga de tutor, caso não haja candidatos inscritos após a publicação do edital, um novo edital deverá ser publicado em no máximo 30 (trinta) dias letivos;
- g) não havendo novamente candidatos inscritos, o grupo será extinto e será aberto processo seletivo para criação de novo grupo PETi.

Parágrafo único. O exercício da tutoria terá duração de 3 (três) anos, renovável por igual período, conforme avaliação e aprovação pelo CLAA.

Art. 31º São aspectos, condições e procedimentos do edital próprio de processo seletivo de estudantes:

- a) ser publicado e divulgado com antecedência mínima de 10 (dez) dias da sua realização, incluindo informações básicas como cronograma, local, horário, critérios e procedimentos de seleção;
- b) poderão se inscrever para o ingresso no PETi, estudantes matriculados a partir do 2º período;
- c) quanto ao número de reprovações, sugere-se que o estudante tenha, no máximo, uma nos dois últimos semestres letivos;
- d) a entrevista dos candidatos é um instrumento que poderá ser usado no processo seletivo;
- e) o processo seletivo deverá ser realizado por uma Comissão de Seleção composta por, no mínimo, 2 (dois) professores (tutor e professor convidado) e 1 (um) estudante do grupo, sob a presidência do tutor (para grupos novos, poderão participar tutores e discentes de outros grupos);
- f) o processo seletivo deverá ser relatado pela Comissão de Seleção por meio de documentos como a ata de seleção, nos quais deverão constar os nomes e a classificação dos candidatos aprovados, incluindo lista de espera, quando for o caso.

CAPÍTULO XIV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 33º Este regulamento entrará em vigor na data de sua homologação e publicação pelo Consup.

Art. 34º Os casos omissos serão dirimidos conjuntamente pelo CLLA com a anuência da Proen.

Documento Digitalizado Público

Regulamento do Programa de Educação Tutorial Institucional do Ifap

Assunto: Regulamento do Programa de Educação Tutorial Institucional do Ifap
Assinado por: Cristina Coutinho
Tipo do Documento: Minuta
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:
■ **Cristina Coutinho de Oliveira, PRO-REITOR - CD0002 - PROEN**, em 24/05/2024 18:29:49.

Este documento foi armazenado no SUAP em 24/05/2024. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifap.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 102897
Código de Autenticação: 543c25eeb9



Documento Digitalizado Público

RESOLUÇÃO 50/2024 - CONSUP/RE/IFAP - Institucionalização do PET no Ifap

Assunto: RESOLUÇÃO 50/2024 - CONSUP/RE/IFAP - Institucionalização do PET no Ifap

Assinado por: -

Tipo do Documento: Resolução

Situação: Finalizado

Nível de Acesso: Público

Tipo do Conferência: Cópia Simples